

**ATA Nº 08/2021**

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

No dia 10 de Agosto de 2021, às 18h10, no ambiente virtual do Google Meet (<https://meet.google.com/bgc-pond-pjn>) em razão das restrições previstas para prevenção e enfrentamento público à pandemia do novo coronavírus, teve início à 19ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Serviços Públicos (Comus). **1. Lista de presença. 1.1.** Estiveram presentes os conselheiros: André Tomé Coelho Lourenço (titular do eixo Sustentabilidade), Alessandra de Zutter (suplente da SMS), Antonio Carlos da Silva (titular da SESEG), Cristhiane Neves Saraiva (titular do eixo Cidadania), Elton Pereira dos Anjos (titular do eixo Segurança), Bonifácio Rodrigues Hernando Filho (suplente do eixo Segurança), Juliana Vilar da Nobrega Laffront (titular da SEDS), Liliane da Graça dos Santos (titular da OTC), Luiz Nelson Colombo Barbosa (titular do eixo Mobilidade Urbana), Mário Sérgio Martins de Sena (titular do eixo Saúde e Esportes, Neumara Aquino Finholdt (titular da CET), Roberto Moyano de Sousa (suplente da SESERP), Rodrigo Derbedrossian (titular da SEMAM) e **1.2.** Participaram também da reunião: Dr. Eduardo Miranda (COMINQ-OTC), Sra. Erika Gartner Hopgartner (primeira secretária de Santos da ONG LIXO ZERO), Sr. Juan Manuel Villar Nobo (Diretor de Transportes Públicos da CET-Santos), Sr. Mariano Braz Gonçalves Junior (Controlador Geral do Município). **1.3.** Justificaram as ausências os conselheiros: Luis Trajano de Oliveira (SEFIN), Maria Bueno Gomes (eixo cidadania), Márcio Damião Samia Tovar (eixo saúde e esportes), Nilton de Castro Barbosa (eixo Educação e Tecnologia) **2. Ata anterior.** Foi iniciada a reunião com a aprovação da ata da reunião de julho/2021. **3. Pauta mobilidade urbana.** A Presidente deu sequência com a pauta programada sobre as considerações em relação à mobilidade urbana. Tema já abordado em reuniões anteriores com a presença do Sr. Juan Manuel Villarnobo Filho representando o Sr. Diretor Presidente da CET-Santos. A Sra. Liliane esclareceu que o tema já foi abordado com o Sr. Glaucus Renzo Farinello (Secretário de Desenvolvimento Urbano) em reuniões passadas. Informou também que o COMUS possui um eixo da mobilidade urbana que é representado pelo conselheiro Sr. Luiz Nelson Colombo Barbosa, tendo apresentado algumas propostas já encaminhadas por escrito às algumas secretarias e inclusive à CET. Foram apresentadas algumas proposições sobre ciclovias, rotatórias, calçadas e transportes. Passou a palavra ao representante da CET. **3.1** O Sr. Juan Manuel informou que houve reunião de emergência e o Diretor Presidente teve que participar e o convocou para participar desta reunião do COMUS. Esclareceu também que tem quatro meses de CET, logo está na fase de aprendizado. Porém, está à disposição do conselho para troca de idéias. **3.1.1** A Presidente perguntou qual a função que desempenhava na CET e sugeriu que levasse às demandas do Conselho ao Sr. Diretor Presidente. **3.1.2** O Sr. Juan Manuel esclareceu que ocupava o cargo de Diretor de Transportes Públicos. **3.2** O Conselheiro Nelson pediu a palavra. Perguntou ao Sr. Juan se teve conhecimento das sugestões do eixo mobilidade que ofereceu à prefeitura para esta reunião. **3.2.1** O Sr. Juan Manuel informou que não. **3.2.2** O Conselheiro Nelson informou a prioridade do eixo mobilidade começa pelo “caminhar a pé”. Na cidade, a prioridade sempre foi bem contrária a pirâmide da ONU da sustentabilidade: primeiro vem às pessoas, após bicicletas, ônibus e veículos. Declarou que depois de caminhada de 10 km pela cidade, observou o sistema viário, as condições das calçadas, as variações de níveis de rampas de acesso, a dificuldade da população idosa (40% da população santista), o

recapeamento do asfalto, hoje a cidade tem o greide acima das calçadas. O degrau do ônibus está a 35 cm do meio fio. Como as ruas estão acima da calçada, à geração com mais de 65 anos tem dificuldade de acesso aos ônibus devido à perda do tônus muscular, pois não há mais a mobilidade de arranque para subir aos ônibus. Também esclareceu que com o nível elevado das ruas, toda a água que seria canalizada para as ruas é direcionada para as calçadas. Com isso, a mobilidade urbana fica prejudicada, ou seja, as pessoas que caminham a pé sofrem este problema. Informou também que a cidade de Santos é plana, onde a prioridade deveria ser para os usuários das calçadas. Gostaria de saber, dentro da sua visão, qual a proposta da empresa diante deste problema. **3.2.3** O Sr Juan Manuel esclareceu que a sua parte ficava restrita ao transporte público e informou que cada diretoria da CET tem a sua ação dentro da área total de trânsito e transporte. Esclareceu que tomou nota das preocupações e dificuldades mencionadas e levará ao Presidente da CET. Numa próxima reunião ou por e-mail, a empresa responderá estes questionamentos. Declarou que não poderá falar sobre algo que ainda não tem tempo suficiente para saber o que pensa a Presidência da CET. **3.2.4** A Presidente perguntou se a sua proposta é anotar as contribuições feitas pelo conselho e dar retorno numa próxima reunião. **3.2.5** O Sr. Juan Manuel informou que foi pego de surpresa para esta reunião e concordou em fazer as anotações necessárias para posterior resposta. **3.2.6** A Sra. Liliane informou que: as propostas do Conselheiro Luiz Nelson já foram apresentadas anteriormente ao Secretário de Desenvolvimento Urbano. Informou que o questionamento sobre calçadas não compete à CET, e sim, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Infraestrutura. Com relação à proposta do desnivelamento do leito carroçável que trouxe prejuízo aos usuários do transporte coletivo, com dificuldade de acessar devido à altura dos degraus dos ônibus. Para otimizar a reunião sugeriu encaminhar as proposituras do eixo mobilidade e marcar para a próxima reunião com o devido retorno dos questionamentos. Informou que as demandas foram encaminhadas em sua grande maioria à Secretaria de Desenvolvimento Urbano que é a que faz a coordenação. Na época, o secretário Glaucus propôs fazer reunião em conjunto com a CET. Declarou ainda que não tomou conhecimento do retorno desta reunião. **3.2.7** Luiz Nelson sugeriu encaminhar as sugestões de mobilidade ao Sr. Juan Manuel para que a CET tome ciência. **3.3** O conselheiro Mario Sérgio declarou que acompanhou uma reportagem da CET-SP e até mesmo já encaminhou links ao conselho sobre a implantação de jardins de chuva com a função de evitar alagamentos em ruas. Em rotatórias e em locais que tem faixas sem circulação de veículos são implantados jardins sem asfaltos para que haja infiltração de água no solo. Acreditava que é uma sugestão que possa ser estudada e verificar a efetividade na cidade de SP. Outra sugestão relacionada aos parklets que são colocados nas ruas. Como exemplo nas Ruas Tolentino Filgueiras e Mal Deodoro. Provavelmente embaixo do parklet há asfalto e sem ele haveria uma infiltração natural; evitando sobrecarregar o sistema pluvial. Declarou ser muito mais barato ter esta opção do que fazer reforma das galerias pluviais. Sugeriu a CET estudar esta proposta em conjunto com as secretarias responsáveis. Em relação ao transporte público, a sua percepção é que foi feito um VLT e não há integração com os transportes públicos. Percebeu que nos horários de pico a avenida da praia fica lotada. Não houve um pensamento na integração das linhas, como sugestão, ônibus até alguns pontos de transbordos. Declarou também que em Santos, as linhas de transportes públicos não foram redimensionadas em função do VLT. Poderia sim ser muito mais utilizado, evitando a emissão de gás carbônico que provoca o efeito estufa. Ontem, publicou relatório informando que estamos num caminho sem volta. Trata-se de uma percepção como usuário. **3.3.1** Juan Manuel informou

que existe a integração VLT e ônibus. Não existe uma quantidade que imaginava na época. Reforçou que não estava na CET. Foi realizada uma primeira reunião sobre este assunto com a EMTU que é a gestora do VLT. Também a CET está se reunindo com a empresa BR Mobilidade que é a responsável pelo transporte da região. O VLT tem funcionado muito mais da cidade de São Vicente para a cidade de Santos. Verificou-se de forma clara que os usuários não aceitaram esta integração. Reafirmou que o conjunto da diretoria da CET está apenas oito meses. Há uma série de modificações, implantações de reforma administrativa sendo entabuladas e iniciadas no sentido de dar outra conformação à empresa. Nesta área especificamente em função da pandemia apresentou vários problemas e agora, diminuindo um pouco, a CET fala com os parceiros e com gestores: Piracicabana, BR Mobilidade e EMTU, exatamente para acertar um trabalho conjunto e que possa ser desenvolvido na nossa região e a favor da população. **3.3.2** A Sra. Liliane questionou se já existe tratativa para integração de novas linhas ao VLT. **3.3.3** Juan Manuel respondeu não propriamente novas linhas e sim, realizando um estudo das linhas que já existem, das frequências, das quantidades de passageiros e verificando junto a EMTU se há possibilidade de alterações nos trajetos e frequências. Na realidade quem faz a gestão do VLT é a EMTU. A CET sempre deve estar em conversação e em acordo. A EMTU faz a gestão da BR que traz uma quantidade grande de passageiros. Exemplo: de Praia Grande e São Vicente. Tem que conciliar todos os interesses tanto da EMTU, como da BR Mobilidade, Piracicabana e o da CET, pois a gestão municipal é da CET. Tivemos reunião duas semanas atrás e marcamos semanalmente reuniões com estes entes exatamente no sentido de encontrarmos soluções para estes problemas que foram citados. **3.3.4** Mario Sérgio pontuou duas situações: 1º) declarou que o interesse é da sociedade e estas empresas são concessionárias para prestar um serviço à sociedade e devem trabalhar em conjunto. 2º) na baixada santista existe a região metropolitana que tem o objetivo de resolver estes problemas. Acreditava também que este assunto deveria ser tratado com a AGEM. Não vê sentido a sociedade arcar com este custo da AGEM, pois foi criada a região metropolitana para discutir os problemas de transporte e outros também comuns as cidades. Se for pensar isoladamente, então deveria esquecer a AGEM, se reduz o alto custo para a sociedade porque do contrário tem que se discutir tudo junto e não ver o interesse do empresário. Reafirmou que o interesse é da sociedade e por este motivo estas empresas foram contratadas. **3.3.5** O Sr. Juan Manuel esclareceu que apesar do assunto estar ligado são diferentes. Explicou que a AGEM é o braço administrativo do CONDESB que é a reunião dos prefeitos do Estado de SP e dos municípios paritariamente e são eles que fazem esta discussão. A CET, a EMTU e as empresas fazem a discussão na área do transporte. AGEM engloba muitas outras áreas. Então, no seu entendimento estar incluso, mas uma coisa não tira a outra. A AGEM deve funcionar normalmente com a CONDESB, com os prefeitos, com o conjunto paritário dos técnicos da região. A CET e EMTU estão cuidando do transporte. Neste aspecto, estamos dentro de uma gestão nova, apesar de um governo praticamente ser o mesmo anterior e atual, mas a direção da CET veio exatamente para fazer uma série de estudos, onde estão os obstáculos e os problemas. Tem conhecimento das dificuldades, mas isso não é tão fácil de ser resolvido, pois querendo ou não cada um tem o seu interesse. A EMTU tem o interesse que o VLT seja rentável. A CET tem interesse no transporte público. Nós temos problemas com a BR de ter o transporte público municipal ter o mesmo itinerário. Declarou que deve fazer uma série de modificações. Tudo isso tem que ser feito com muita calma, com paciência de argumentação e fazer com que os parceiros entendam a preocupação. Declarou que não é muito fácil, ainda que todos estejam no sentido de melhorar

a situação para a população. Solicitou que todas as sugestões já feitas fossem encaminhadas ou enviadas para o seu e-mail, com o objetivo de tomar conhecimento. Comprometeu-se em dar as devidas respostas.

**3.3.6** A Presidente informou que algumas sugestões já foram encaminhadas e também que constam em atas. Comprometeu-se em encaminhá-las ao Diretor de Transportes Públicos. **3.4** O conselheiro Bonifácio pediu a palavra e disse que Santos é uma ilha, tem condições de expansão somente para cima. Existem muitos problemas com estacionamentos de veículos. Sugeriu começar a estudar proposta de garagens verticais. Sugeriu que haja um estudo para estimular a criação dessas garagens, deixar de construir prédios para consultórios e construir edifícios para garagens. Argumentou que antigamente via movimentação no horário da manhã e na hora do almoço. Hoje em dia, como exemplo da Ana Costa onde mora tem movimento até as 20h00. Argumentou que quando se dificulta pegar ônibus estimula o uso do automóvel particular onde ocupa espaço de uma pessoa numa área imensa. Percebeu em algumas ruas que embaixo do semáforo verde e vermelho, há um contador identificando quanto tempo o sinal verde permanecerá ligado. Achou boa idéia principalmente nas avenidas de maior movimento. Argumentou que Santos tem muitas pessoas de idade com problemas de mobilidade. Considerava uma informação interessante, pois o cidadão terá realmente uma noção de tempo quando for atravessar. A respeito do VLT, deve decidir se é prioritário ou não no transporte público. Necessita dar prioridade para o VLT porque deve parar na avenida e não em ruas transversais que não tem muito trânsito; a prioridade tem que ser o VLT. Tem a certeza se partir para isso, aumentará o número de viagens, O VLT é um transporte extremamente importante e muito bom. Começou a viajar nas primeiras viagens do VLT e retornou agora. Transporte bom, rápido e silencioso. Então, sugeriu para que se possa discutir com a BR Mobilidade, pois é interesse da população; reduzir o tempo das viagens e aumentar o seu número. Como será importante ganhar duas ou mais viagens ao dia. **3.4.1** O Sr. Juan Manuel reforçou que registrou todas as anotações. Informou também que terá uma nova reunião na próxima semana com a EMTU e este item será abordado, pois é a EMTU que faz a gestão e toda a operação do VLT. Irá apresentar a sugestão da mesma forma que está sendo colocada nesta reunião para obter uma resposta. **3.4.2** O conselheiro Bonifácio sugeriu um ônibus de transporte turístico tipo londrino de dois andares circulando pela praia. Com o percurso da Ponta da Praia ao bairro do José Menino. Declarou que a cidade de Santos é uma cidade de turismo com jardins tão bonitos; já havia comentado várias vezes e julga interessante retomar este assunto. **3.4.3** A Presidente informou que esta sugestão será direcionada à Secretaria de Turismo; responsável por este assunto. **3.5** O conselheiro André reforçou a colocação do conselheiro Mario Sérgio quanto à integração dos modais de transporte público. Pensando no estatuto das cidades, considera o COMUS um conselho muito adequado para que projetos sejam trazidos para este conselho, pelas diversidades de áreas que este conselho tem. Cada conselheiro tem um olhar: mobilidade, segurança, sustentabilidade. Procurar de alguma forma para que os projetos que pensem no futuro das cidades sejam dialogados com o COMUS, pois os conselheiros poderão dar uma grande contribuição. Sobre o tema mobilidade, entendeu as propostas apresentadas, mas enfatizou que hoje as cidades modernas estão deixando de pensar nos carros e criando oportunidades para estacionamentos de bicicletas. Há necessidade de estimular este tipo de transporte. Inclusive pensar em criar áreas restritas a utilização de carros. Santos tem muitas ciclovias, porém não tem locais para as bicicletas pararem. Hoje as bicicletas são amarradas em postes; faltam estacionamentos para bicicletas. Concordou com a proposta do conselheiro Bonifácio com relação ao VLT sobre a expansão dos trajetos

entre pontos informou que as cidades modernas estimulam os transportes públicos. Perguntou se há estudo para utilização de painéis solares nos tetos dos ônibus na rodoviária, nos pontos de ônibus para iluminação, para disponibilizar uma tomada para o usuário e também sobre a expansão dos ônibus elétricos, pois acreditava ter somente um ônibus elétrico circulando na cidade. Declarou que os painéis solares são mais eficientes do que a eletricidade no transporte. **3.5.1** O Sr. Juan Manuel disse que estas sugestões fazem parte de um rol de trabalho que pretende manter ao longo do tempo. Informou que a pandemia, o problema dos ônibus lotados, a crise que veio provocar no equilíbrio financeiro das permissionárias, tudo isso acabou tomando o tempo para resolver os problemas imediatos. Reforçou que todas estas questões estão num rol de preocupações que serão discutidas uma a uma. A questão dos ônibus elétricos terá a necessidade de maior aprofundamento sobre o assunto. **3.5.2** A Sra. Liliane reafirmou que irá encaminhar as propostas antigas e as atuais e na próxima reunião de setembro aguardará as respostas e agradeceu a presença do Diretor de Transportes Públicos. O Sr. Juan Manuel agradeceu a oportunidade. **4. Apresentação da proposta Código de Conduta Ética.** **4.1** A Presidente informou que foi enviado aos conselheiros à proposta para consulta pública que tem prazo até o final deste mês para receber as propostas e acreditava ser importante a contribuição do COMUS com propostas para elaboração deste código. Passou a palavra ao Sr. Mariano Gonçalves e Dr. Eduardo Miranda para explanar sobre as mudanças que acontecerão no estatuto do servidor público e as propostas da consulta pública que foi elaborada pela equipe da Ouvidoria. **4.2** Dr. Eduardo Miranda agradeceu o convite. Informou que as comissões trabalham com lei que está defasada. Ao longo do tempo, foi percebido a necessidade de muitas alterações. O estatuto do servidor foi criado em 1984, de um ordenamento anterior até a própria constituição. Então, vem produzindo algumas novas idéias que felizmente culminou com esta proposta onde o Sr. Mariano idealizou o código de conduta que terá melhores condições de definir em conjunto. Foi levado o que é importante para a disciplina dos funcionários como um todo. Declarou que este código hoje dá uma abrangência maior. Antigamente somente era válido ao funcionário público estatutário e agora, com previsões que vão alcançar também aqueles que são contratados (os comissionados), com as devidas conseqüências nas ocorrências de condutas inadequadas. Informou que as instâncias são independentes, ou seja, o funcionário irá responder administrativamente como também judicialmente; tanto criminal como cível. Quando era voltado para um funcionário que não era do quadro, o alcance era muito pequeno e ficava somente com suas responsabilidades judiciais. Pregaram-se alguns principais princípios que norteiam a nossa legislação que é o princípio da moralidade que dará maior segurança jurídica para aqueles que estão envolvidos com a coisa pública. Esta nova proposta traz algumas inovações inclusive na parte digital. Declarou que hoje todos os processos são eletrônicos e necessitou acompanhar esta modernidade. Quase todo o judiciário paulista está informatizado. São pouquíssimas ações que correm com processos físicos. Santos vem se modernizando neste sentido também. Tem também a proposta das audiências virtuais. Conferências que dinamizam muito e também colaborarão com os prazos para a conclusão destes processos administrativos disciplinares. Ainda tem algumas renovações importadas do processo penal: suspensão do processo no sentido que as condutas com menor potencial de gravidade para que o funcionário tenha a devida oportunidade de compensar isso através de medidas substitutivas. A pena acaba sendo suspensa na possibilidade do funcionário poder reparar os danos cometidos. O assunto é vasto é importante quem tenha alguma dúvida pode se manifestar. Colocou-se à disposição. Passou a palavra ao Sr. Mariano que

complementará as informações. **4.3** O Sr. Mariano agradeceu a oportunidade novamente de participar. Esclareceu que não é a suspensão da pena, e sim, do processo. Informou que aconteceu a junção de dois projetos: inovação por parte da comissão de inquéritos e sindicâncias com a inclusão de novas medidas disciplinares e o código de conduta que é outro projeto para dar a prefeitura um sentimento de integridade. Então, ainda não existe na legislação atual diretrizes de conduta ética: como deve se portar, como serão os tratamentos, toda indicação de como a prefeitura deseja deste servidor. Por exemplo: contra assédio, contra racismo, contra meio ambiente. Toda esta parte, que muitas vezes se perde dentro da sociedade, foi colocada neste projeto. A participação com propostas será até 30 de agosto. Tem o link disponibilizado no site da prefeitura localizado na página inicial. A apresentação do projeto também está nesta página, com todos os deveres, proibições do servidor e qualquer contribuição poderá ser feita pelo site e estamos acompanhando. Já recebemos algumas contribuições, porém não é a obrigação de fazer; não é obrigação de trabalho do servidor. São condutas éticas. O que pode ser cometido de desvios éticos que acabará penalizando os servidores de alguma forma. Deve-se evitar colocar a obrigação de fazer, pois já é inerente ao cargo. O cargo já diz o que tem que fazer e o não cumprimento desta premissa será considerado um descumprimento da conduta. Pediu a participação de todos. **4.4** Mario Sergio declarou ter visto a consulta pública no site da prefeitura e que recebeu também através do conselho. O que chamou a sua atenção foi a ausência da prefeitura em não dar publicidade nos processos administrativos. Assim como o Dr. Miranda falou que um dos princípios é o da moralidade, existe também o princípio da publicidade dos fatos jurisdicionais. A partir do momento foi constituída uma comissão para apurar se houve uma falta ou não, o poder executivo está fazendo uma ação jurisdicional; uma função atípica dele. Então, declarou que estes atos deveriam ser públicos. Informou que o cidadão não consegue saber quantos processos tem. A sua sugestão é que seja colocado no portal da transparência, pois não conseguiu localizar este assunto. Informar: quais foram os processos que foram abertos, qual foi o resultado, quem foi a pessoa, o que aconteceu. Semelhante ao julgamento de um processo judicial. Acreditava ser fácil obter estes dados para serem disponibilizados, pois os processos são eletrônicos. Afirmou que este será o ponto primordial e que demonstrará integridade. **4.4.1** Dr. Eduardo disse que a sugestão é importante, pois se realmente espera que haja o alcance da moralidade, precisará necessariamente dar publicidade e a sugestão é bem aceita. Declarou que irá trabalhar sobre esta proposta. Informou que todos os atos são públicos, desde o início da instauração do processo disciplinar até a sua conclusão final com ou não punição. Levar estas informações de forma mais transparente é bem oportuno. Agradeceu a sugestão. **4.5** O conselheiro Bonifácio abordou dois pontos: 1. A obrigatoriedade do uso do crachá. Funcionário de qualquer repartição deverá usar o crachá. Não adianta reclamar do servidor se não visualiza a sua identificação. Tem que ter a possibilidade de identificá-lo. Usar cores como sugestão: para funcionário público uma cor, para estatal outra. 2. Uso do uniforme. Tem conhecimento que a prefeitura fornece uniformes para alguns servidores. Ter a obrigação de manter estes uniformes limpos e arrumados. Declarou que o funcionário necessita ter uma aparência condizente com a sua posição independente da função, pois irá tratar com o público. Estar sempre trajando o uniforme, com a obrigação de usá-lo e mantê-lo limpo. Acreditava ser um trabalho importante e argumentou que se deve dar valor ao funcionário. Informou que é cultural não dar valor ao funcionário público, principalmente àqueles da ponta. Deve-se respeitar e fazer elogios. Como exemplo que já ligou para a CET para fazer elogio a um motorista que ajudou uma senhora deficiente a subir e descer do ônibus.

Considerou um gesto muito bonito e fez o elogio. Declarou que o elogio funciona como estímulo e fará o funcionário trabalhar melhor. **4.5.1** Mariano informou ao conselheiro Bonifácio que ele tem razão. É uma das obrigações contidas no código. O servidor além de receber o uniforme tem que dar a guarda e estar bem apresentado na sua utilização. Consta no estatuto e engloba todas as ferramentas de o serviço que o funcionário recebe. Com relação ao crachá, a SEGES é quem cuida deste assunto. Alguns setores da prefeitura já possuem, porém não conseguiu atingir a prefeitura como um todo. Infelizmente, a prefeitura não alcançou este objetivo ainda. Não estaria no código de conduta a obrigação, e sim, dentro de uma regra da secretaria de gestão. O servidor não cumprindo esta regra básica da secretaria de gestão consequentemente não estaria cumprindo o código de conduta. Informou que é esta a mentalidade do código, fazer com que o servidor cumpra a obrigação que é dada a ele. Quanto ao elogio pelo novo código será um atenuante de pena. O funcionário com histórico bom terá pena menor, pois é um bom servidor. **4.5.2** Dr. Eduardo complementou a sugestão do crachá, disse que embora não exista a obrigatoriedade estabelecida do uso do crachá, é inerente a condição do funcionário público se identificar sempre que questionado. **4.5.3** A Presidente agradeceu as participações do Sr. Mariano e Dr. Eduardo pela apresentação da proposta do código de conduta ética. Informou que as dúvidas dos conselheiros poderão ser encaminhadas por e-mail para esclarecimentos e as sugestões poderão ser realizadas no próprio sistema já disponibilizado da prefeitura. **4.5.4** Dr. Eduardo agradeceu a oportunidade de poder estar contribuindo e colocou-se a disposição. O Sr. Mariano agradeceu pela oportunidade e pelas sugestões recebidas. **5. Assuntos Gerais. 5.1** A Presidente informou que seria apresentada a proposta do titular do eixo educação pelo Sr. Nilton, porém o mesmo encaminhou e-mail informando que não poderia comparecer a esta reunião. A proposta ficou prejudicada para discussão devido a sua ausência. Informou também que as inscrições estão abertas até o final deste mês para a próxima composição do conselho. Todos os conselheiros poderão participar neste novo processo eleitoral, pois a legislação permite. Abordou outro assunto: carta de serviços. Declarou que muitas sugestões foram ofertadas por este conselho e a prefeitura está revisando esta carta e acredita que ficará bem mais fácil para visualização do usuário. Informou que o conselheiro Luís Godinho solicitou o desligamento deste conselho através de e-mail. O suplente Sr. João Pimenta manifestou interesse em assumir os trabalhos. **5.1.1** Bonifácio perguntou se a votação do processo de chamamento para composição do conselho será presencial. **5.1.2** Liliane informou que ainda não foi publicado o edital de eleição. Não tem como afirmar ainda. Irá depender da situação pandêmica. **5.1.3** Bonifácio perguntou o prazo para definir esta questão. **5.1.4** Liliane informou que o edital será publicado no início do próximo mês. **5.2** Sr. Luiz Nelson agradeceu em nome dos moradores do bairro do Marapé a prefeitura ter atendido a solicitação do encerramento/cancelamento do ferro velho próximo ao morro. **5.2.1** Liliane informou que foi uma solicitação feita no início do próprio conselheiro que foi concretizado. **5.3** Sr. Mario Sergio declarou que o grande desafio será estimular a participação da sociedade. Mês passado teve a audiência pública da mata atlântica, informou que participou e enviou sugestões. No dia da audiência poucos participaram. Disse que o conselheiro André participou de algum comitê, pois na apresentação do plano apareceu a foto do conselheiro. Parabenizou o conselheiro André pela participação. Com relação ao edital, sugeriu simplificar o processo e estimular as pessoas. Justificou que algumas prefeituras estão implantando o conselho de usuários de fiscalização dos serviços públicos e a eleição será realizada através de sorteios. As pessoas se inscrevem e se aprovadas no processo, semelhante ao realizado em Santos, no

dia é realizado o sorteio. Uma forma mais simples que estimulará as pessoas. Outro assunto sobre o edital é sobre a ouvidoria. Reafirmou que é competência deste COMUS acompanhar e fiscalizar a ouvidoria. Disse que esta informação está no edital de chamamento, no item 1º, inciso 5º, fala em acompanhar e avaliar a atuação da ouvidoria. Acredita que tem muita coisa para ser melhorada. Declarou que não adiantava ter a apresentação do ouvidor com a informação que reduziu 35% o tempo das respostas, se as respostas são inadequadas e não atendem os objetivos. Por último, ficou extremamente desapontado, pois não pôde participar da última reunião por questões pessoais de saúde, da apresentação do novo portal da transparência. Declarou que é impossível fazer um controle social. Como exemplo: foi procurar quanto custa uma máscara para proteção (COVID) e não encontrou a informação. Ele já havia sugerido esta proposta em outras reuniões e não houve mudança. Declarou desanimador para o conselho apontar propostas importantes para o controle social e como já foi dito hoje nesta reunião sobre o princípio da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, dos atos. O cidadão não tem como controlar os dados apresentados no portal. Desafiou os conselheiros a descobrir quanto custa uma máscara que a prefeitura comprou. **5.3.1** Liliane concordou com o conselheiro Mario informou que este assunto foi abordado na última reunião, parte da descrição das despesas e até que nível a sistema poderia chegar. A equipe que desenvolve o novo formato informou que entrou em contato com a empresa, detentora do sistema, para chegar até o último nível de detalhamento. Então, como o portal ainda está sendo desenvolvido, a equipe estava realizando comparativos e chegará ao nível sugerido pelo COMUS. Informou também que visualmente o portal traz algumas informações que facilitará a consulta ao contrário do anterior e que este nível de detalhamento é o que a equipe espera chegar. Pontuou que a lei orçamentária que cria essas ações, hoje da forma que se apresenta, não disponibiliza muitas informações. Informou que esta semana terá reunião entre os responsáveis para trabalhar a legislação orçamentária de uma forma que facilite a identificação do valor gasto, com maior detalhamento. Se não está na legislação orçamentária a equipe da transparência não tem como divulgar. **5.4** O conselheiro André informou que participa da câmara técnica do COMDEMA (Conselho Municipal da Defesa do Meio Ambiente) e o conselho analisou o plano municipal da mata atlântica. Agradeceu o elogio do conselheiro Mário Sergio. Quanto à possibilidade de eleição por sorteio, entende que o conselho perderá em qualidade. Citou como exemplo que conhece o trabalho do conselheiro Mario dentro do conselho com suas críticas construtivas e sugestões. Na suposição de outra pessoa substituí-lo por ter sido sorteado, com certeza o conselho perderia em qualidade. Acredita que a eleição traz a qualidade entre os representantes. **5.5** Liliane disse que desde o início o conselho pauta pela transparência e conseguiu uma vitória: a visualização muito mais fácil, pois nem isso o cidadão tinha. O COMUS trabalhou para conseguir o aprimoramento tanto na carta de serviços como do portal da transparência que são serviços vinculados à Ouvidoria. Agradeceu a presença de todos. **6.0.** A reunião foi encerrada às 19h35 e o próximo encontro será agendado em ambiente virtual para o dia 14 de setembro de 2021, às 18 horas. Nada mais havendo para constar, eu, Neumara Aquino Finholdt, lavro a seguinte ata.

Santos, 16 de agosto de 2021.

LILIANE DA GRAÇA DOS SANTOS

PRESIDENTE DO CONSELHO